

# CLIPPING IMPRESSO 03/12/2018



### INDICE

1.	JORNAL CORREIO POPULAR	
	1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO	L
2.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	2.1 MADA DE IMPEDESSES DIEUSOS E COLETUAS	2

#### UNIÃO

#### Casamento Comunitário: 128 Casais dizem 'sim' em três munícipios do MA

A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto, especialmente junto aos cartórios

A Comarca de São Bento, realizou três cerimônias de casamentos comunitários na quarta (28) e quinta-feira (29), nos Termos Judiciários de Bacurituba e Palmeirândia e na sede da comarca de São Bento, totalizando 128 uniões civis.

lizando 128 uniões civis.
A cerimônia foi presidida pelo juiz titular da Comarca, Ivis Monteiro Costa, e contou com a participação dos juízes Francisco Bezerra Simões, titular da Comarca de São Vicente Férrer; Michelle Amorim Sancho Souza, titular de Bequimão; Huggo Alves Albarelli Ferreira, titular de Olinda Nova do Maranhão; e José de Ribamar Dias Júnior, titular de São João Batista; além da Promotora Titular da Comarca de São Bento, Laura Amélia Barbosa, prefeitos, vereadores e representantes religiosos.

Em Bacurituba, a cerimônia aconteceu na quarta-feira (28), no Ginásio de Esportes local e contou com a presença de 18 casais que disseram "sim" perante os juízes Ives Monteiro e Francisco Bezerra Simões (S. Vicente Férrer). Também participaram a Promotora de Justiça Laura Barbosa, o prefeito do município, José Sisto Ribeiro Silva e outras autoridades.

autoridades.

O evento ganhou decoração especial e tapete
vermelho para a entrada e
saída dos casais. Segundo
a noiva Irene dos Santos
Pereira (64), que casou-se
com o sr. Manoel Santa Rita
Nascimento (84), eles já viviam juntos há 44 anos e o
projeto, por ser gratuito,
ofereceu a oportunidade de
unir os dois sem custos. "
Sem essa oportunidade, não
teríamos condições de arcar
com as despesas", enfatizou.

Em Palmeirândia, o casamento também foi realizado no Ginásio de Esportes da cidade, com a formalização da união civil de 41 casais. A cerimônia ainda contou com a presença de aproximadamente 150 pessoas, dentre padrinhos e convidados.

Concretizaram a cerimônia o juiz Ivis Monteiro, titular de S. Bento, juiz Huggo Albarelli Ferreira (Olinda Nova), José Ribamar Dias Júnior (S. João Batista) e Michelle Amorim (Bequimão). Logo após a consagração, foi servido o bolo especial de casamento aos noivos e convidados. Robson Carlos de Castro Costa (23) disse que o projeto é maravilhoso. "Estamos felizes, eu e minha esposa, porque tivemos a oportunidade de nos unir."

A Comarca de São oficialmente e sem pagar o, realizou três cerimônada", frizou.

São Bento foi o último município a realizar a cerimônia do Casamento Comunitário, na noite desta quinta-feira (29), reunindo 69 casais na praça Carlos Reis, no centro. Após a entrega das certidões, em virtude de uma forte chuva na cidade, os casais se dirigiram à Escola Mota Júnior para dar início à celebração da união, que foi realizada pelo juiz titular da Comarca, Ives Monteiro, pelo juiz Fran-cisco Bezerra Simões (S. Vicente Férrer) e pelo juiz José Ribamar Dias Júnior (S. João Batista).

A Promotora da Comarca de São Bento elogiou a Corregedoria pelo Projeto, que segundo ela, só vem a aproximar o cidadão do Judiciário, "É a comunidade tendo um momento único de união dos casais de forma digna, gratuita e celebrada por juízes de direito, um grande feito para a comunidade", observou.

O juiz titular da Comarca, Ivis Monteiro Costa, agradeceu a Corregedoria Geral da Justiça pela iniciativa e pelo apoio; aos prefeitos e autoridades municipais pela colaboração; e aos magistrados, que se deslocaram de suas comarcas para estarem presentes nas três celebrações.

Por fim, ele disse que é de suma importância essa aproximação do judiciário com a sociedade por meio de atividades sociais, especificamente o casamento comunitário, que visa regularizar a situação civil desses casais que já convivem há muitos anos juntos. "Estou muito feliz, é um momento de imensa alegria por promover esse evento, ainda mais porque há 17 anos não acontecia Casamento Comunitário em São Bento e em Bacurituba foi o primeiro a ser realizado", finalizou. **PROJETO** - O "Casa-

PROJETO - O "Casamentos Comunitários" foi instituído pelo Poder Judiciário maranhense em 1998, idealizado pelo desembargador Jorge Rachid. O procedimento está disposto no Provimento Nº 10/2013, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), sendo os atos gratuitos. A gratuidade inclui a expedição de 2º via do assento de nascimento ou casamento, se necessário. A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto, especialmente junto aos cartórios. (Assessoria)

ESTADO MAIOR A posição do governador Flávio Dino em relação à greve dos médicos. **POLÍTICA 3** 

# ESTADO MAIOR

## Sem negociação

avorecido por uma decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís que proíbe a paralisação dos médicos da Rede Estadual de Saúde, o governador Flávio Dino (PCdoB) decidiu manter a sua postura de total falta de diálogo com a classe no Maranhão.

O CRM havia anunciado a paralisação no início da semana passada, com a justificativa de que o Governo do Estado não cumpriu um acordo que previa o pagamento de salários atrasados desde o mês de setembro.

Na ocasião do anúncio, o presidente do CRM, Abdon

Murad, destacou que a categoria ainda esperava por um posicionamento do Governo ou uma nova negociação entre as partes.

Mas, o governador Flávio Dino decidiu não ceder às pressões.

Por meio da Procuradoria do Estado, o comunista ingressou com uma ação na Maranhão", que teve até uma edição especial na campanha, ficou para trás

O "Diálogos pelo

Justiça com pedido de censura ao movimento grevista. E obteve êxito.

A decisão do juiz Douglas de Melo Martins proíbe qualquer paralisação no setor de saúde do Estado. Os médicos, portanto, serão obrigados - mesmo com salários atrasados e sem acesso ao Palácio dos Leões para uma negociação - a cumprir as escalas regulares de trabalho.

O "Diálogos pelo Maranhão", que teve até uma edição especial na ocasião da campanha comunista com os profissionais da medicina, ficou para trás.

Com Dino, vai ser nas barras da Justiça mesmo.

#### Censura

A proibição de realização de greve para os profissionais da Saúde tem por base uma decisão do juiz Douglas de Melo Martins.

O magistrado acolheu uma ação com pedido de tutela de urgência ingressada pelo Estado do Maranhão.

Os médicos pretendiam iniciar uma paralisação amanhã [dia 4], em todas as unidades de saúde da rede estadual.

#### E MAIS

 Foi tão somente os médicos da rede estadual anunciarem greve no Maranhão, para o Governo investir em publicidade de "melhorias" no setor de saúde, nas redes sociais.

# Audiência entre governo e médicos acontece hoje

A audiência foi deferida pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, com o objetivo de solucionar os problemas em relação ao pagamento dos salários dos servidores.

erá realizada hoje (3), uma audiência de conciliação para resolver os problemas entre médicos e Governo do Estado. O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins, designou a sessão, que deve acontecer a partir das 8h50.

Na sexta-feira (30), a Vara de Interesses Difusos e Coletivos deferiu pedido de tutela de urgência do Estado do Maranhão, determinando que os médicos que prestam serviços no âmbito do Estado desistam de paralisar suas atividades e deixar sem atendimento os pacientes da rede estadual de saúde.

O Governo do Estado requereu a concessão de tutela antecipada em face do grupo de médicos prestadores de serviços, afirmando ser fato notório que cerca de mil médicos que prestam serviços nas unidades de saúde administradas pelo Governo do Maranhão decidiram paralisar por tempo indeterminado as atividades a partir de amanhã (4).

A decisão foi acertada em reunião realizada na sede do Conselho Regional de Medicina (CRM-MA), na qual também teriam decidido suspender os atendimentos de urgência e emergência a partir do dia 7 de dezembro.

"Esses dois preceitos constitucionais indicam que o modelo político, social e econômico adotado pela sociedade brasileira não admite como válida, do ponto de vista jurídico, qualquer prática tendente a ofender o direito universal à saúde. E, uma vez verificada a ocorrência de lesão a esse direito, cabe ao Poder Judiciário, após ser provocado, impor as medidas necessárias para restauração desse direito", ressaltou o juiz.

A paralisação anunciada nos atendimentos médicos seria em decorrência de atraso nos pagamentos da remuneração dos médicos.



Reunião realizada na última quinta-feira terminou com impasse entre médicos e governo

"Assim, é recomendável o estabelecimento de um diálogo que possa resultar em uma solução consensual para a situação conflituosa instalada e que seja satisfatória para os grupos médicos, o Estado e, especialmente, para os pacientes, em razão do grave risco de lesão à saúde e à vida", completou o magistrado.

#### Entenda o caso

Em reportagem publicada no dia 1º de novembro, **O** Estado mostrou que os médicos haviam se reunido no dia 31 de outubro, para debater o que seria feito, em decorrência da falta de pagamentos dos seus vencimentos por parte do Governo do Maranhão. Durante a Assembleia Extraordinária da categoria, um representante da Secretaria Estadual de Saúde (SES) definiu um cronograma de pagamento, mas, conforme Abdon Murad, este não foi cumprido.

"No fim de outubro, em reunião realizada pelo CRM-MA e também pelo Sindicato dos Médicos, sinalizamos que pararíamos as atividades médicas, caso o Governo do Maranhão não realizasse os pagamentos que estão atrasados. Um acordo foi firmado com um representante da SES, mas não foi cumprido. Esse problema, além de afetar os médicos, atinge a população maranhense, que não pode ficar sem os serviços médicos", concluiu Murad.

Vale lembrar que foi anunciado pelo Governo do Maranhão, através da portaria nº 144 de 30 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), que os valores pagos pelo trabalho em plantões sofreriam redução. Na prática, os plantões dos profissionais médicos nas áreas de ginecologia, cirurgia geral, anestesiologia, pediatria e ortopedia sofreriam uma redução que deve variar entre R\$ 200 e R\$ 300.

O Maranhão é o estado com menor densidade de médicos por habitante do país, segundo levantamento divulgado pela Universidade de São Paulo (USP). De acordo com a pesquisa, o estado tem média de 0,87 por mil habitantes. O estado que mais se aproxima do dado negativo é o Pará, com 0,97 por mil habitantes.

#### Problema antigo

Em reportagem publicada no dia 12 de junho deste ano, O Estado veiculou que médicos de diversas unidades de saúde administradas pelo Governo do Maranhão estavam com salários atrasados há quase quatro meses. A denúncia partiu da Associação dos Médicos do Socorrão I e II (AMESS), que abrange todo o Estado.

De acordo com a instituição, profissionais do Hospital Regional de Matões do Norte, Hospital Presidente Dutra, Juvêncio Matos e Carlos Macieira, entre outras estão sem acesso aos seus vencimentos. Após a denúncia sobre o atraso no pagamento salarial dos médicos a Secretaria Estadual de Saúde começou a regularizar a situação no outro dia. Alguns profissionais já estavam há quatro meses sem receber os vencimentos.